

Revista Brasileira de Literatura Comparada  
Nº24  
Fluxos e Correntes da Literatura  
Comparada

Apresentação

Márcio Seligmann-Silva

Na proposta dos organizadores deste número da *Revista Brasileira de Literatura Comparada* no. 24, consta que os artigos aqui reunidos devem incluir os “desvios” do método e destacar “o movimento de investigação de novos fluxos de sentido e lugar, próprio da Literatura Comparada, que propicie o acesso a novos modos de organização do sensível a partir das relações entre a literatura e outros campos do saber”. A proposta não poderia ser mais bem-vinda, já que no Brasil, mesmo após quase três décadas da revolução ocorridas nas Humanidades com o nascimento dos Estudos Culturais, nossos departamentos de Letras ainda se encontram por demais grafocêntricos e submetidos ao cânone. A “virada imagética” (*pictorial turn*) tampouco faz-se sentir de modo substancial em nossos cursos. Mas aqui e ali vemos pesquisas inter e transmidiáticas, surpreendemos trabalhos que lançam mão de métodos que entrecruzam autores e procedimentos que provêm de diferentes áreas, vemos a quebra do cânone e a abertura para outros discursos “marginais”, orais, imagéticos e escritos, fertilizando assim a Literatura Comparada com novas ideias e objetos. Esses estudos devem ser incentivados e essa proposta da Comissão Organizadora do XIV Congresso da ABRALIC é uma decorrência desse fato. Ela está atuando enfaticamente para expandir esses novos estudos. Os ensaios aqui reunidos são, como não poderia ser diferente, muito heterogêneos e apontam para diferentes estratégias de expansão e aprofundamento dos estudos na Literatura Comparada. Apresento aqui um resumo crítico de cada um deles, procurando destacar o lado positivo dos textos e as suas potencialidades.

Álvaro Faleiros, estudioso do em nosso contexto

importantíssimo campo dos estudos da tradução, introduz o conceito de “xamanismo transversal”, do antropólogo Eduardo Viveiro de Castro, para estudar a especificidade das traduções que Maria Gabriela Llansol fez das Flores de Mal de Baudelaire. Essas traduções não se deixariam reduzir à conhecida dicotomia (lembramos de Jakobson) metonímia/metáfora, que Faleiros repagina com Viveiro de Castro na dicotomia sacrifício/totemismo. O “desequilíbrio perpétuo entre os sistemas de forças e sistemas de formas em que se articula”, que marca essas traduções, apontaria para a noção de “xamanismo transversal”, caracterizada, segundo Viveiro de Castro, pela “comunicação entre termos heterogêneos”. Essa proposta de leitura de Faleiros é muito promissora e valerá a penas enfrentar agora uma abordagem teórica especificamente voltada para confrontar essa proposta de interpretação das relações culturais na chave do xamanismo transversal com outras propostas de leitura da operação tradutória, como as de Walter Benjamin e de Haroldo de Campos (como se lê em outros ensaios desse número). Nesse caso, os dois também apostavam no desequilíbrio e na insuperável heterogeneidade entre os dois pontos cardinais da transformação tradutória.

Já a contribuição da Álvaro Santos Simões Junior trata sobretudo dos artigos dos correspondentes do jornal carioca “O País”, como Pinheiro Chagas e Xavier de Carvalho, e mostra como o simbolismo e o decadentismo entraram no Brasil em parte devido a esses artigos no início dos anos 1890. O interesse no artigo, no contexto deste número, está em valorizar as abordagens mais filológicas que permitem sempre, com novos materiais levantados, rever a história da literatura. Não por acaso temos falado tanto de arquivos ultimamente, em uma cultura como a nossa na qual a memória e seus dispositivos de arquivamento vem sendo remodelados de modo vertiginoso. A leitura triangular que o autor propõe, cruzando Portugal, Brasil e França, é particularmente interessante para se estabelecer o regime constante de trocas intercontinentais de ideias. Mais abaixo veremos que Regina Zilberman abordará também a necessidade de uma historiografia crítica da literatura, para além das leituras lineares e antropomórficas herdadas

do romantismo.

Anita Martins Rodrigues de Moraes propõe em seu artigo um enfrentamento crítico, eu diria urgente, da noção de “fronteira” desenvolvida pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos. A autora apresenta a construção desse conceito em Santos, associada nesse autor a uma crítica da razão imperialista ocidental. Santos deriva dessa crítica uma noção positiva de “fronteira”, que ele associa tanto ao que teria sido um tipo diverso de colonialismo praticado pelos portugueses, marcado por uma maior identificação e mistura com os colonizados, como também liga às culturas do sul. A partir de uma leitura da trilogia *Os filhos de Próspero*, do escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho, na qual a noção de fronteira também desempenha um papel fundamental, Moraes leva a cabo uma importante crítica da tentativa da parte de Santos de edulcorar a violência do colonialismo português. Moraes mostra como os conceitos podem e devem ser constantemente revistos criticamente à luz de uma análise mais detida das obras literárias. O diálogo com a Sociologia mostra-se aqui como uma via de duas mãos: os Estudos Literários podem contribuir de modo fundamental para a revisão crítica de conceitos dessa disciplina.

Hugo Lenes Menezes apresenta o que chama de “diálogo” da obra *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, com *A cabana do pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe. Nessa conversa, vemos como cada obra a seu modo foi cúmplice dos preconceitos racistas de sua época, mesmo se a intenção panfletária abolicionista seja inegável em Guimarães. Digno de nota é a observação acerca do funcionamento do dispositivo identificatório na obra de Guimarães: ele produz compaixão para com a escrava branca, mas não para com a negra, a mucama Rosa. Assim se reproduziam de modo quase corpóreo e inconsciente os estereótipos raciais da época (que, em parte ainda, são reproduzidos até hoje por Hollywood...).

No artigo de João Cezar de Castro Rocha lemos um enfático plaidoyer a favor de uma literatura comparada às avessas. Com essa expressão, Rocha indica a necessidade

de aprendermos a ler não só, como temos feito há décadas, as ressonâncias, inspirações e ecos, das literaturas produzidas nas metrópoles, sobre a brasileira, mas também no sentido contrário. Afinal, também autores das metrópoles leram e “inspiraram” da nossa literatura. O ar circula globalmente, mesmo se o autor escreve em português e no hemisfério sul! No texto, o autor lembra vários casos de inspiração metropolitana a partir da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha. O importante também é que circular nessas leituras apropriadoras implica também ler com novos olhos esse clássico nacional. Trata-se do jogo especular de aprender a se ver a partir dos olhos e da posição do “outro”. Por exemplo, com a leitura de Ángel Rama percebemos, destaca Rocha, que “Euclides teria dado forma ao dilema estrutural da constituição das sociedades latino-americanas”. Já na leitura que o autor faz do romance de Sándor Marai, *Verdicto em Canudos*, Rocha desperta para o fato de que a guerra de Canudos em Euclides é uma verdadeira antecipação dos genocídios do século XX. Com razão ele vai a Hannah Arendt e recupera seu importante conceito de “banalidade do mal” para reler a obra euclidiana. Percebemos que toda a inscrição da violência na literatura do século XX deve ser lida de modo sistêmico, como parte de um movimento político globalizado, no qual elementos locais se somavam para determinar o desdobramento de uma violência genocida.

Euclides da Cunha também é personagem central do artigo de Luís Heleno Montoril del Castilo. Esse trabalho propõe-se a enfrentar o trabalho fascinante, mas não menos árduo, dada a sua dimensão, de esquadrinhar o processo de construção de imagem da Amazônia. Ele visa apresentar a imagem sublime, e *inapanhável*, de uma Amazônia feita de sonhos, ficções, descrições (*avant le regard* e não *avant la lettre*), medos e expectativas. O autor cita uma série de autores que compõe esse universo de inventores da Amazônia imaginária, espaço de projeções paradisíacas e infernais, como Jean Soublin, R. Osterweis, Renaud Berton, M. Viale, Jérôme Camut, Patrick Agot, Roger Chauveau, Oswald Ballarin, entre outros. Mas ele se dedica a apresentar duas obras: *A jangada*, de Júlio Verne e “*Judas-Ahsverus*”, de Euclides da Cunha. Deste último,

destaco a citação que já anuncia o tema da imagologia antes mesmo de sua fundação: “A massa de águas é certo, sem par, capaz daquele ‘terror’ a que se refere Wallace; mas como todos nós desde muito cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a Hiléia prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada.” Nada mais a comentar!.

O meu próprio trabalho, que apresentei após simpático convite dos organizadores desse número, está dedicado ao tema da fotografia em Walter Benjamin. Com ele pretendi mostrar a importância não apenas da reflexão, mais conhecida, do teórico berlinense sobre essa mídia, sua história e impacto na história das ideias (para Benjamin, com a fotografia teríamos simplesmente dado adeus à tradição!), mas também quis iluminar o caráter altamente teórico das metáforas fotográficas em sua obra. Esse trabalho é parte de uma pesquisa maior que tenho levado a cabo há alguns anos, dedicada à fotografia, em sua intersecção com a teoria literária, a teoria do trauma e a do testemunho. Ao propor no contexto deste número da *Revista Brasileira de Literatura Comparada* esse ensaio visei também incentivar os leitores desta revista a atentarem mais para essa frutífera área de estudos, a saber, a comparação entre a fotografia e a literatura. Mauricio Mendonça Cardozo aporta uma (auto) reflexão que poderíamos chamar, sem pestanejar, de filosofia da tradução. Extremamente lúcida. Ele enfrenta a questão do enigma da outridade que está no coração do ato tradutório. Essa outridade nasce e funda a ipseidade. Com Borges, comentador de Averróis, quem, por sua vez, comentou a *Poética* de Aristóteles, sem nunca ter visto uma tragédia ou uma comédia, ele desdobra o paradoxo citando o autor argentino: “Senti que Averróis, querendo imaginar o que é um drama sem ter suspeitado o que seja um teatro, não era mais absurdo que eu, querendo imaginar Averróis [...]”. Borges ficcionaliza fazendo um comentário, criando seu Averróis; Averróis comenta tendo que imaginar o inimaginável para ele, o

o teatro; Cardozo imagina essa cena em *mise en abyme*, na qual cada comentador, Averróis, Borges e Cardozo (e eu agora neste momento - e o leitor me lendo e interpretando...) só existe na interface com o outro.

Comentar, traduzir (e criticar) são gestos que exigem a ficção do “outro”, mas que resultam na construção (da ficção) de nós mesmos. São exercícios de construção do eu pelo desvio através do outro: outro impossível de se atingir, é verdade, mas, vale dizer, o Eu, tampouco se atinge: a não ser via esse diálogo com o outro. Analisando as *Galáxias*, de Haroldo de Campos, Cardozo nota que também essa obra é marcada pela impossibilidade, pela descontinuidade constitutiva: entre suas palavras, partes e entre o texto e o leitor. Poderíamos pensar também em uma intraduzibilidade performática, daquele poeta que sempre buscou os textos mais intraduzíveis para verter. (Mas Flusser e Anatol Rosenfeld, é sempre bom lembrar, traduziram de modo muito criativo algumas páginas das *Galáxias*.) A fragmentação performática de *Galáxias* seria uma performance do esfacelamento do eu. Como dizia Schlegel, em uma carta a seu irmão August, de 18.12.1797: “Eu não posso dar nenhuma outra amostra de mim, de todo o meu eu, senão um tal sistema de fragmentos, pois eu mesmo sou isso.” Nesse universo pulverizado, nessa nuvem de estrelas de galáxias, não cabe mais se pensar a tradução como reprodução, mas apenas como parte do ritmo de sistole e diástole do Universo em letras. E, com o poeta Rimbaud, devemos lembrar que “Je est un autre”, ou seja, o eu só se dá no diferimento de si mesmo e pela passagem pelo “outro”. Mendonça estabelece esse fato pela via da filosofia da tradução. Essa abordagem é fundamental para se desconstruir a noção de identidade (estaque) que assombra os estudos de Literatura Comparada. Também o texto de Mayara Guimarães busca refletir sobre as aproximações entre criação e tradução, desta feita a partir da poeta Ana Cristina Cesar. Guimarães está interessada em entender as continuidades entre tradução e criação poética. Ela quer observar como “o gesto tradutório, para Ana C., é uma continuação, ou um ponto de partida, da escrita poética, isto é, como as vozes estrangeiras traduzidas por Ana C. repercutiram em sua própria produção poética enquanto "intertexto".

Aqui serve de guia também a visão haroldiana da tradução como ato canibal de incorporação: a imitação torna-se usurpação, “plagiotropia”, “semiose ilimitada”, escrevia Haroldo. Mas Clarice Lispector, em suas reflexões sobre a tradução, também dá pistas para Guimarães entender a poética de Ana C. Afinal, para Clarice, tradução é tanto um ato infinito (o que não deixa de remeter à visão de Proust, da recordação como ato infinito) como também remete ao jogo cênico de máscaras: o tradutor, como o escritor, deve saber e poder trocar suas máscaras. A tradução seria também, recorro a partir de Paul e Man falando da autobiografia, prosopopeia, ou seja, jogo de máscaras, processo de dar vida ao “outro”, falar por e através desse outro: ventriloquia, escrita visceral. Guimarães estuda o caso específico da tradução do conto “Bliss”, de Katherine Mansfield, realizada por Ana C. Aqui vemos como essa tradução mantém um delicado equilíbrio entre estrangeirização e apropriação.

Analisando criticamente a margem oposta dessa comemoração do híbrido, a contribuição de Regina Zilberman parte de um interessante paradoxo da nossa cultura das Letras brasileira. Tematizando a história da literatura na sua tradição que remonta ao Iluminismo e sempre pagou dízimo ao nacionalismo, ela observa o seguinte: a posição que enfatiza a história literária “predomina em boa parte dos currículos de graduação, definindo-se pela nacionalidade do corpus literário que aborda. Mas perde espaço nos programas de pós-graduação, que privilegiam correntes associadas aos estudos comparados, culturais, pós-coloniais, de gênero ou de etnias, quando não são marcados por questionamentos vinculados à filosofia, à sociologia ou à psicanálise.” Essa esquizofrenia é, de fato, característica nossa. Ela reflete um conservadorismo e uma dificuldade de superar os paradigmas iluministas (repaginados pelo romantismo) e nacionalistas. A autora faz um exaustivo levantamento das histórias da literatura europeias e brasileiras e enfatiza a obra de Ferdinand Denis, *Resumo de história literária de Portugal*, seguido do *Resumo de história literária do Brasil*, publicada em Paris em 1826. É interessante observar como muitas das ideias (pertencentes a uma visão mais romântica, tradicional, eminentemente nacionalista) da obra de Denis, até hoje podem ser detectados em abordagens da nossa literatura, como o tema da “cor local”

na sua relação com o “caráter nacional”. Essas ideias já haviam sido enfatizadas na primeira recepção, romântica, de Denis, como o caso que Zilberman cita, de Joaquim Norberto, em “Modulações poéticas”, que, entre outras pérolas, arrola essa ontologia do próprio e da propriedade original pura: “Sim, M. Ferdinand Denis tinha predito – que o Brasil, que sentira a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe impusera a Europa, - que o Brasil conhecia também a necessidade de ir beber suas inspirações poéticas à fonte que lhe verdadeiramente pertence.” Essa ideia de pertencimento local, essa condenação ao que seria “próprio” até hoje é o mote de muitas leituras interpretativas da literatura brasileira e também de muito do que é escrito na chave da literatura neste país.

O artigo de Rosani Ursula Ketzer Umbach analisa de modo detido o tema das escritas de vida. Na primeira metade do trabalho, ela faz um levantamento dos estudos sobre o tema, destacando a tensão entre a noção estruturalista de “morte do autor” e a volta do autor e da referencialidade, capitaneada pelos estudos de testemunho e dos demais relatos advindos de situações de violência. Podemos deduzir de suas palavras que dos estudos da escrita de vida surgiram os estudos da *escrita da sobrevivência*, lembrando que *superstes* é também a figura da testemunha sobrevivente: ela é a encarnação daquele que passou pela morte, que ao mesmo tempo necessita narrá-la e sucumbe diante desse desafio. A segunda parte do estudo se dedica ao tema dos famosos diários de Anne Frank. O impressionante nesse caso específico é justamente perceber como um diário, que é tratado por teóricos da autobiografia como Philippe Lejeune como o grau zero da escrita factográfica, e que Lejeune denomina de “antificação”, no caso do diário de Anne Frank tem sido envolvido em uma série de acusações de manipulação e de falsificação da realidade, quer pela autora, quer pelos editores, a começar pelo pai de Anne Frank. O importante, a partir desse caso, é notar como nos estudos de escritas de forte teor testemunhal o debate tradicional sobre a representação da história pode ser deslocado para a questão dos limites da representação do trauma. Nessa perspectiva, podemos ainda ler muitos aspectos desse diário ainda pouco iluminados.

Por fim, temos a contribuição de Sílvio Augusto de Oliveira Holanda, que se debruça sobre a famosa narrativa de *Sagarana*, de Guimarães Rosa, “A hora e vez de Augusto Matraga”. Sua leitura nos leva a reler em “close reading” o texto roseano, destacando a questão da violência e as tensões do protagonista, que oscila entre a “salvação” e a tentação de se render à lógica da vingança. Os estudos roseanos têm recebido uma série de novas contribuições baseadas na introdução tanto de uma visão mais complexa do tema da violência (que é abordada a partir de autores como René Girard, de Freud, de Agamben, entre outros), como também, no caso de Sílvio Augusto de Oliveira Holanda, de uma leitura antropológica do texto de Rosa, inspirada em Roberto Da Matta. Assim a leitura de Rosa consegue romper criticamente com a prisão teórica de horizonte curto do regionalismo.

Creio que essa apresentação já indica a riqueza e abertura desta reunião de ensaios. De algum modo ela é um instantâneo que registra o “estado da arte” de nossa disciplina. Digno de nota é a forte presença dos estudos de tradução, área que tem se desenvolvido bastante na última década e meia e que tem aportado importantes contribuições para a Literatura Comparada de um modo geral.